

# Subsídios Para Implantação de Uma Política Nacional de Desportos

(Continuação do número anterior)

Major

J. A. PIRES GONÇALVES

## 8 — EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS NAS FORÇAS ARMADAS

A apreciação da vida de um jovem lembra sempre a fase de prestação do Serviço Militar. Este período, tão importante na formação do homem, talvez seja aquele que melhor caracteriza nossas deficiências no terreno desportivo. Vamos explicar o porquê, utilizando alguns dados estatísticos. De acordo com o Plano Geral de Convocação, anualmente, cerca de oitocentos mil (800.000) jovens estão em idade de servir em todo o País, sendo que cerca de vinte e cinco por cento (25%) deixam de se apresentar. E, embora pareça exagerado, cinquenta por cento (50%) não servem às Forças Armadas por incapacidade física! A par disso, uma percentagem mínima dos incorporados apresenta alguma noção ou algum trabalho físico.

Que fatores cooperam para esse quadro tão assustador? Citaremos apenas um: — a falta de hábito do adolescente e do jovem em praticar exercícios físicos, ou seja: ausência de mentalidade desportiva nas escolas.

Se os nossos jovens escolares fossem praticantes de esportes, cremos, o índice de incapacidade física na incorporação seria enormemente reduzido ou talvez se limitasse apenas aos portadores de lesões ou aos excepcionais.

Ao que sabemos, as Forças Armadas estão reformulando o exame de seleção dos recrutas e fazendo estudos para estabelecer a condição física inicial de incorporação. Reestruturaram também a educação física militar, inclusive mudando o nome para "treinamento físico".

Esta denominação é mais acertada, uma vez que é uma atividade física que pressupõe maior dose de Adestramento do que de Educação. Essa mudança vai exigir a aplicação de processos e métodos modernos, como pistas de "power training", "interval training", percursos utilitários, exercícios aeróbicos. Outros meios atualizados deverão ser utilizados para acompanhar o desenvolvimento físico do soldado e sua condição orgânica: tomada de pulso matinal, testes de aeróbicos ou Banco de Harvard e exames de sangue, entre outros. Por que, então não criar uma estrutura desportiva básica nas escolas elementares e de ensino médio, que prepare os jovens para, ao atingirem a idade de prestação do serviço militar, poderem superar a barreira da condição física inicial, facilitando sua admissão e passagem pelas agruras peculiares a esse tipo de serviço?

Se as Forças Armadas vierem a criar suas Unidades Desportivas, com objetivo de selecionar, apoiar e treinar equipes militares, trabalhando em estreito contato com as diversas Confederações e Federações, formando quadros especializados e difundindo técnicas novas (elas existem em quatorze (14) países do mundo, inclusive dois (2) africanos) estariam concorrendo para um dos três grandes objetivos desportivos — a competição de Alto Nível.

Uma ligeira pesquisa no terreno da constituição das equipes olímpicas nos mostra que: setenta por cento (70%) da equipe francesa saem de seus Batalhões de Joinville e Pau. Quarenta por cento (40%) da equipe italiana saem da Escola de Educação Física de Orvieto, da Escola Alpina de Aosta e do Centro de Sabaudia. Um terço das medalhas italianas das Olimpíadas de Roma e Tóquio foram conquistadas por atletas militares — nove (9) de ouro, cinco (5) de prata e seis (6) de bronze.

Essa pequena amostragem indica a necessidade de criar uma mentalidade desportivo-escolar, que depois, em continuação e sem perda, seria orientada durante a prestação do serviço militar. Isto permitiria o aumento do acervo desportivo do País. A volta dos atletas às suas cidades de origem, após o serviço (em Unidade Desportiva ou não), possibilitaria a troca de idéias e ensinamentos com técnicos e companheiros mais novos.

Seria uma reação em cadeia. E desta reação, adviriam grandes benefícios para as Forças Armadas, para o Desporto e para o próprio povo. Por que não aproveitar o exemplo das Colônias de Férias Militares, que tanto bem fazem às nossas crianças, como um primeiro contato desportivo-militar-educativo e prolongá-las aos anos escolares, não como Colônia, mas como atividade física formadora de uma Educação Total?

É mais uma faceta que o problema educacional, como um poliedro, tem aresta comum; e esta, é com as Forças Armadas, garantia da Nação, e fator de integração nacional.

## 9 — EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS E A JUVENTUDE

Quem fala em juventude, pensa, de imediato, em atividade, em estudo, em movimento, em escola. Logicamente, não se deve dissociar o termo Desporto dessa cadeia de idéias. No entanto e com demasiada freqüência, as atividades físicas são encontradas na quase totalidade dos estabelecimentos de ensino, como forma recreativa, atividade compensatória primitiva ou preenchimento de tempos vagos.

Isto é feito hoje, quando se sabe que a atividade física, para cumprir sua finalidade educativa, tem que encontrar um desenvolvimento consciente e sistemático, à semelhança das matérias intelectuais ou práticas. Estamos distantes deste princípio da moderna pedagogia. Os responsáveis pelos programas e pela administração, nas escolas e universidades, devem procurar atingir esse objetivo. A educação escolar é apenas a primeira fase da educação permanente. Note-se que ela é organizada por terceiros, para aqueles que não dispõem de liberdade para decidir por si próprios.

Não é demais repetir que o Desporto, se bem conduzido, contribuirá para um harmonioso desenvolvimento físico dos jovens. Coopera para a conquista de um equilíbrio físico e psíquico, participando da formação de sua vontade, de seu caráter e favorecendo ainda a adaptação social.

Na concepção atual, a Educação deve preparar a criança para alcançar seus objetivos de jovem e adulto. É fácil deduzir aqui (e nos perdoem, se voltamos ao assunto) que, para o homem praticar o Desporto durante toda sua vida, é preciso que, em sua infância, adquira o hábito de fazê-lo. Portanto, cabe à escola a adaptação de seus programas, de forma a transformar isto em realidade.

A formação intelectual, física e moral do indivíduo, qualquer que seja o seu destino na sociedade, necessita de um equilíbrio adequado entre as diversas matérias, equilíbrio esse que se deve refletir no conteúdo dos programas e nos horários. A não ser que se estabeleça um limite racional nas exigências das disciplinas puramente intelectuais, tal equilíbrio não será possível.

Prevê a pedagogia que, do horário total de atividades escolares, de um sexto a um terço do tempo disponível deve ser dedicado à atividade física, diminuindo-se essa proporção à medida que a criança cresce. Sabemos, também, que essa atividade necessita encerrar, fundamentalmente, um treinamento físico geral — com jogos e atividades ao ar livre e deve orientar-se para os desportos em proporção crescente, à medida que a criança se desenvolve.

Agora, comparem-se estes dados com o que se faz em nossas escolas! Onde se observa esta relação? E o equilíbrio educacional? A realidade está tão distante do ideal que parece quase impossível empreender um planejamento escolar integrado e equilibrado no setor desportivo.

Vale lembrar que, além do planejamento, cujos programas devem prever atividades que se adaptem e interessem diretamente aos alunos, cabe desenvolver atividades que possam ser praticadas durante toda vida, inclusive por grupos de indivíduos de sexos e idades diferentes (por exemplo: a família). É também indispensável, a existência de equipamentos adequados, elemento fundamental para a integração do Desporto na escola.

Em maior proporção do que a maioria das outras atividades propostas pelos professores, o Desporto dá à criança a oportunidade de atuar livremente e o prazer de utilizar seus conhecimentos sem ser forçada a isso, encontrando um ponto de equilíbrio entre os períodos de iniciação e os de iniciativa, entre o trabalho dirigido e o trabalho pessoal.

O Desporto traduz-se, então, como fórmula para a liberdade orientada. É tamanha a força do Desporto face à juventude que, numa imagem forçada, poder-se-ia compará-la à energia atômica controlada. Se for mal empregada, teremos Hiroshimas e Nagasáquis estudantis. Se bem orientada, teremos uma nova energia, dirigindo a mocidade, que poderá atingir, à semelhança dos engenhos modernos, distâncias, planos ou velocidades que nós, do tempo da máquina a vapor, podemos apenas sonhar.

Nos países mais adiantados, esta orientação cabe, normalmente, aos Ministérios de Desportos. Citemos, como exemplo, a França, cuja direção desportiva está sob a égide do "Ministère de la Jeunesse et des Sports". Enquanto nesses países a Educação Física e os Desportos nas Universidades são uma imposição (o que contribui para uma grande percentagem de atletas universitários nas equipes nacionais que disputam as Competições de Alto Nível), no Brasil só recentemente foi regulamentada a lei que torna obrigatória a atividade física orientada e ministrada por professores especializados naquele setor.

Enquanto nesses países os Clubes se socorrem dos atletas das Universidades e Colégios (e estes tem privilégios, destacados como elementos formadores de suas equipes principais) no Brasil as Universidades e Colégios usam e abusam do atleta dos Clubes, como se aquele fosse o maná que o céu desportivo do País lhes envia.

A elite desportiva Colegial e Universitária não pode ser esquecida e mais, deve ter o máximo de apoio. Não podemos dissociar, jamais, as atividades culturais das atividades físicas. Há que manter o equilíbrio.

O País entrou no jogo da verdade (e jogo pressupõe atividade desportiva). Este também é o momento em que devemos nos associar ao plano do desenvolvimento geral, a fim de dar a contribuição de nosso trabalho, honesto e bem orientado, em proveito dessa juven-

tude comprimida, ameaçada, que não tendo equilíbrio educacional, ou se transforma em "intelectualizada", discutindo teorias inócuas, ou se brutaliza, apelando para o sexo e para a violência.

## 10 — O DESPORTO E OS CLUBES

Um clube ou entidade desportiva subsiste, em princípio, em função do Desporto. Para ele convergem todas as atividades requeridas pela comunidade para provimento de suas aspirações. O Clube, no agrupamento moderno, funcionando como elo intermediário entre a família e a sociedade, pode estabelecer um vínculo associativo dos mais importantes.

Para as crianças e os jovens é oportunidade única de satisfação, de bem-setar, de euforia. É o veículo existencial onde buscam os adultos a necessária recuperação ao equilíbrio psicomotor, na compensatória manifestação de suas potencialidades.

O tempo de lazer que dispõe o homem moderno seria uma constante significativa no estudo do aproveitamento do esporte. Sem querer chegar a afirmações por demais audaciosas, diríamos que o Clube substitui hoje os templos ritualistas da antiguidade. A Igreja, conclamando os fiéis para a meditação e para o reencontro espiritual, conseguia opor-se ao desencontro político, às resistências sociais, ao desnivelamento de classes, ao desequilíbrio familiar. Hoje o esporte pode desempenhar parcialmente este papel, funcionando como escape das pressões impostas por uma sociedade angustiada pela ambição.

O sentido de agrupamento ou aglomerado tem, no clube, a sua expressão plasmadora. Em função dos interesses de Clubes viceja toda sorte de atividades, no terreno da arte, da literatura, da comunicação, das atividades de recreio. O sentido é reunir, conclamar, existir em função do conjunto.

Observe-se que, mesmo nas classes operárias mais humildes, se estabelece o ciclo de entidades clubísticas, reunindo, na mecânica de seu funcionamento os anseios, as convicções e os ideais do grupo.

Os clubes de futebol originários dos descampados abertos ao correr das estradas, dos terrenos vazios e campos em torno dos prédios e construções, são um exemplo da força aglutinadora do Desporto dentro da comunidade.

A preparação de um programa de atividades desportivas, por uma associação ou clube, não pode prescindir da idéia de que são atividades que se desenrolam nos períodos de ócio e para um grande número de pessoas. Isto implica, é óbvio, em que haja à disposição daquelas entidades equipamento específico, pessoal orientador especializado e controle médico-fisiológico. Ademais é indispensável que, ao se realizar o planejamento dos meios, se leve em conta a existência e o desenvolvimento das diferentes classes de pessoas que os utilizarão. Também devemos considerar a importância de que se reves-

tem, junto aos desportos tradicionais, aqueles que podem ser praticados em contato direto com a natureza. O acampamento com caráter educativo é importante sob este aspecto. A criança e o jovem das grandes cidades ou zonas suburbanas necessitam conhecer o que nos pode oferecer a natureza. São experiências físicas, que, mesmo quando de curta duração, tendem a modificar a conduta dos participantes e complementar com contribuições reais a área educativa ao fazê-los conhecer melhor o próprio país.

Esse tipo de atividade física satisfaz o irresistível desejo experimentado pelo homem moderno de se libertar da rotina e de procurar contato com os elementos naturais. Os meios para exercícios, tanto nos desportos tradicionais, como nos realizados em contato com a natureza, deverão ser utilizados de maneira que os resultados sejam realmente criativos. Sempre que possível, convém que interesse tanto aos jovens como aos adultos e ofereça a oportunidade de uma atividade desportiva conjunta da família.

Aceitamos que uma entidade desportiva tenha seus jogos de salão, seus trabalhos manuais, sua piscina, seu estádio de atletismo, sua ginástica feminina, mas não compreendemos como e por que não são usados o "camping", o montanhismo, a excursão a pé, o ciclismo, como forma de atividade física. Planejamento diversificado, em função de localização e de meios, é o que deveria ser buscado como objetivo desportivo da entidade.

O Estado deveria prever nos Clubes a obrigatoriedade de pessoal técnico funcionando em horário de tempo integral ainda que para isso fosse necessária uma subvenção à entidade. Dentro de cada unidade, parte da imensa cadeia desportivo-educacional, a presença de dirigentes e treinadores especializados facilitaria sua organização e direção. Paralelamente, com o conhecimento profissional que possuem, poderíamos dinamizar e diversificar as atividades recreativas, possibilitando que, além das costumeiras reuniões dançantes, fossem praticados jogos de salão, passatempos e outras atividades, com o fim de desenvolver o raciocínio, a atenção, a memória. Seria mais uma contribuição para o aperfeiçoamento intelectual de que tanto necessitam os jovens da atualidade.

Dentro dessa linha de raciocínio em relação aos clubes, seria de grande efeito lei obrigando toda entidade desportiva, com um número de duzentos (200) ou mais associados, a ter no mínimo uma representação desportiva atuante. Essas associações, verdadeiras células desportivas, deveriam promover, pelo menos uma ou duas competições desportivas por mês, conforme estivessemos na época de aula ou nos períodos de férias escolares.

As implicações pedagógicas do Desporto em todas as suas formas, seu caráter cultural e social, obrigam os dirigentes dos clubes e aos educadores que os secundam a tratar as atividades desportivas com a máxima seriedade.

## II — O DESPORTO E AS CONFEDERAÇÕES

A lei estabelece que as Confederações são "as entidades máximas de direção dos Desportos nacionais". Porém, a letra de forma não dá direito a ninguém de chegar às raias da irresponsabilidade.

Parece-nos, existe alguma coisa que não está dentro das diretrizes nobres e das finalidades educativas do Desporto.

Uma análise das linhas de subordinação, administrativa ou funcional, da cúpula desportiva no país, leva-nos a acreditar que há muita superposição e inversão nos órgãos dirigentes do Desporto nacional. Existem Federações sem Confederação, contrariando a Lei que prevê um mínimo de 3 (três) Federações para formar uma Confederação; e, ainda, uma Confederação com 130 (cento e trinta) Federações subordinadas a ela.

Há evidências de que o Conselho Nacional de Desportos (atual Conselho Federal de Desportos) não tinha a assessoria nem a autoridade que deveria, sendo suas decisões pouco acatadas. Como órgão destinado a "orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o País", ressentindo-se, muitas vezes, da falta de força para decidir e liberdade para resolver assuntos atinentes à sua esfera de competência.

Para exemplificar, citaremos um caso isolado, cuja interessada, a Comissão Central de Esportes — Andradina — S. Paulo, num processo, solicitou apoio para a criação da Federação Internacional de Futebol de Salão, obtendo o seguinte despacho do CND (publicado em Ata da 19.<sup>a</sup> sessão extraordinária): "A entidade deverá dirigir-se à Confederação Brasileira de Desportos, que é competente para tratar do assunto" (sic). Neste contexto, somos levados a pensar que há outro órgão com maior força política e econômica, contrariando a Lei, que diz ser o CND (CFD) o órgão normativo dos assuntos desportivos do País.

Temos uma Confederação Brasileira de Desportos, que abrange 23 (vinte e três) desportos diversos. Porém, o que absorve realmente suas atividades é o futebol. E os outros desportos? Não fazemos, absolutamente, oposição ao futebol. Reconhecemos nele a paixão das massas, como praticantes (vinte e cinco milhões de jogadores cadastrados pela FIFA, em 1969), ou como torcedores. Conhecemos, por força de professorado, sua classificação na gama imensa e variada dos desportos. Mas não podemos viver eternamente como exploradores do futebol, descurando da elevação do nível dos outros ramos desportivos, que podem proporcionar imensos benefícios. Sabemos e reconhecemos, temos capacidade de ombrear neles com as melhores equipes mundiais. Afirma-se-nos que há uma inversão desportiva de valores. No Brasil, o futebol é a grande árvore que cobre a floresta.

Este quase exclusivismo para com o futebol é, talvez, reflexo do parágrafo 2.<sup>o</sup> do artigo 16 do Decreto-lei 3.199, de abril de 1941, que

diz em seu texto: "No exercício da atribuição que lhe confere o presente artigo, o Conselho Nacional de Desportos terá em mira que o futebol constitui o desporto básico e essencial da Confederação Brasileira de Desportos". Isto é um verdadeiro golpe nos outros 22 (vinte e dois) desportos subordinados à CBD, com uma série de repercussões negativas de ordem político-desportiva, demonstrando a necessidade de uma revisão da legislação que rege o Desporto Nacional.

Para corrigir esta deformação, dar força real ao atual CFD (política e econômico-financeira) e criar Confederações correspondentes às Federações Desportivas existentes no País, tão logo fossem em número de 3 (três), conforme o que permite o artigo 14 do referido Decreto-lei. Deixar com uma Confederação Brasileira de Futebol toda a parte relativa a este esporte, que, por sua popularidade e prestígio, absorve quase que totalmente as atividades da maior entidade desportiva privada do País.

Mas surge uma dúvida: até onde val o interesse na criação dessas novas Confederações, legalizadas, com suas comissões executivas próprias, acarretando, quem sabe, a perda de importantes votos em eleições abertas?

Outro aspecto a considerar é o problema do local da sede das Confederações. Voltando ao Decreto-lei nº 3.199, verificamos que ele é claro no seu art. 47 — "As Confederações terão sede na Capital da República". Pois bem, enquanto todos os órgãos do Governo se mudam para Brasília, nada se vê que possa indicar que alguma Confederação esteja ao menos planejando sua transferência, mesmo em futuro remoto.

Todos estes fatos nos levam a crer que a nossa estrutura desportiva superior precisa ser reformulada. Não devemos nem podemos continuar com uma orientação que não conflua nela própria, porque não está atualizada, não acompanha a evolução do Desporto, nem tem base para se fazer acreditar ou convencer.

O nosso homem tem todas as características fisiológicas básicas dos homens de outras nações, com a vantagem latina do reflexo ultra-rápido. Alguma coisa existe de errado, para aparecer somente de vez em quando uma campeã de tênis ou um bicampeão olímpico de salto triplo.

O que acontece, é que, na maioria dos casos e em qualquer desporto, os dirigentes, talvez como autodefesa, dão pouco valor ao pensamento dos diplomados ou às suas observações sobre os atletas. Os pratos da balança vão sendo equilibrados com pesos de política e simpatia, e com outros sistemas de medidas que, no nosso entender, não constituem marco ou equilíbrio para o "fiel" tecnológico-desportivo. E esta sistemática é observada por muitos, há anos. Como demonstrativo do que afirmamos acima, aí estão nos mesmos postos, há vários anos (às vezes décadas) os presidentes de algumas Confe-

derações e Federações Desportivas: Basquetebol, trinta e três; Vólibol, quinze; Brasileira de Desportos, treze e Comitê Olímpico Brasileiro, oito (dezesseis na previsão futura, com a recente reeleição de seu presidente para outro mandato de oito anos). E isto quando o mandato do próprio Presidente da República é de quatro anos.

Julgamos que os dirigentes desportivos devem ser homens voltados para o ideal do desporto amador, homens que compreendam a natureza cultural e social do Desporto e que tentem criar, no grupo que dirigem, uma base de solidariedade que transcenda aos simples interesses desportivos; homens inspirados pela vontade de promover o desenvolvimento humano através do Desporto, inclinados permanentemente para o bem da coletividade.

Preclamos de órgãos e de dirigentes que terminem de uma vez com a dispersão de esforços, tão comum; que evitem a condução por caminhos já percorridos anteriormente e que não apresentaram rendimento algum; que impeçam e não cometam erros doutrinários.

Os homens que comandam o esporte, devem, antes de tudo, ser avessos ao fanatismo. Devem ainda se colocar como os grandes opositores do "dopping" e da comercialização do atleta, da entidade e do Desporto. Dirigentes flexíveis mas com autoridade. Órgãos funcionais, mas com capacidade real de desempenhar suas funções. Tudo isto, entretanto, depende de uma radical transformação das leis (obsoletas), das estruturas (ultrapassadas) e da mentalidade existente (pouco técnica).

## 12 — O DESPORTO E O COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO

Quem desconhece a importância das representações desportivas no campo internacional, como fator de integração mundial, como fundamento para reafirmações políticas, como instrumento auxiliar para o incremento das relações diplomáticas e até comerciais?

Sabendo da pontencialidade do Desporto de competição, é lógico, comparemos a estrutura e ação dos nossos órgãos responsáveis com os resultados alcançados por outras nações que promoveram mudanças radicais no campo esportivo representativo, por força de decisões governamentais.

O Comitê Olímpico Brasileiro, em cuja cúpula, num continuísmo estranho, têm-se mantido há dezesseis (16) anos os mesmos dirigentes, face aos pálidos resultados das equipes brasileiras em Competição de Alto Nível, não tem evidentemente correspondido às suas finalidades.

Se retermos os seus Estatutos, veremos que, talvez aquilo que parecia necessário na época (1955), não se adapta mais às necessidades de hoje. Não parece lógico, também, que uma atividade com pro-

fundas ligações com campos tais como Educação, Moral e Cultura da Juventude, deva ter suas decisões máximas subordinadas ao arbítrio de uma sociedade privada.

O Governo Francês, por exemplo, após os resultados das Olimpíadas de Tóquio, constatou que seu país vinha colecionando maus resultados. Pesquisou e concluiu tratar-se de uma consequência da irresponsabilidade dos que dirigiam o movimento desportivo olímpico. Decidiu, então, que o Comitê Olímpico Francês (COF) mudasse seus Estatutos, no sentido de que fossem incluídos (cooptados) dois representantes do Ministério da Juventude e Esportes. O Presidente do COF recusou-se e ameaçou pedir demissão, mas verificamos que atualmente o Diretor-Geral de Esportes e seu adjunto são membros natos daquele Comitê.

Na Itália, o presidente do Comitê Olímpico Nacional Italiano (CONI) é nomeado por Decreto Presidencial, e aprovado pelo Conselho de Ministros. O CONI se reúne, faz a indicação do candidato, cabendo ao Presidente da República aceitar ou não. (O CONI, por força de lei do Congresso Nacional, é o responsável pelo esporte italiano).

Na Espanha, acontece fato similar. O Diretor-Geral de Esportes, que tem "status" de Ministro, é o Presidente de direito do Comitê Olímpico Espanhol (COE), designado pelo Governo. Quando ocorre, como recentemente, a substituição do Diretor-Geral de Esportes, automaticamente o titular exonerado deixa a direção do COE, que passa a ser exercido pelo novo titular.

Também nos países socialistas acontece a mesma coisa: os Ministros de Esportes são os Presidentes dos Comitês Olímpicos de seus respectivos países.

Na África, na maioria dos países, os tesoureiros das Confederações são, na vida funcional, também tesoureiros dos Ministérios da Fazenda.

Como verificamos, em quase todo o mundo, a responsabilidade do Desporto está diretamente sob a tutela do Governo, que compreende a importância desta atividade, principalmente na Educação. O Estado, que se ocupa da Educação da Juventude, tem no Desporto um dos principais meios dessa educação. A responsabilidade deve ser coletiva, de Governo, da Nação e não de indivíduos, associações ou entidades privadas.

Com os Comitês Olímpicos Nacionais, o problema se avoluma, vez que têm vínculos até diplomáticos nas suas interligações entre países.

Mas não vamos nos deter em termos de comparação. Apontaremos fatos reais, que talvez nos tragam algumas soluções para os nossos problemas. No Brasil, ao contrário da maioria dos países do mundo, somos regidos por entidade civil, com plenos poderes e autonomia

absoluta, fora de qualquer influência política ou religiosa, conforme Art. 1.º e Art. 3.º, letra e), do seu próprio Estatuto:

**Art. 1.º** — O Comitê Olímpico Brasileiro, neste Estatuto denominado Comitê, é uma sociedade civil, fundada em 20 de maio de 1955, na cidade do Rio de Janeiro, onde tem sede e foro, constituída de conformidade com os dispositivos regulamentares do Comitê Internacional Olímpico, com completa independência e autonomia, fora de qualquer influência política ou religiosa.

**Art. 3.º** — Organizar e dirigir, com a colaboração das entidades nacionais dirigentes do desporto amador, a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos, Pan-Americanos e outros de igual natureza, e realizá-los, caso o Brasil seja escolhido para sede dos mesmos.

Parece-nos impressionante a disparidade entre os Artigos 1.º e 3.º!

Não concebemos que uma entidade com estrutura de caráter estritamente particular, "com completa independência e autonomia" (sic), venha a organizar e dirigir a participação da Nação em competições esportivas internacionais. O Governo, que garante o apoio financeiro, não pode ao menos opinar sobre a eleição dos desportos a disputar nem acerca da organização das suas delegações, que, em última análise, serão representações do País.

A escolha dos membros que dirigem o Comitê Olímpico Brasileiro e o representam no Comitê Olímpico Internacional é feita através de eleições, onde apenas as Confederações têm direito ao voto, havendo aí uma série de influências pessoais, que têm possibilitado o continuísmo de dezesseis anos verificado na entidade de cúpula do desporto nacional. A mecânica é a seguinte: a CBD tem a verba advinda do futebol; repassa-o às outras Confederações que não possuem renda própria, mas têm o direito de voto, indicando àquelas seus candidatos.

Concluindo, somos de opinião que o Comitê Olímpico Brasileiro deve sofrer uma radical reforma em sua estruturação, deixando de ser uma entidade civil particular, passando a ser controlada pelo Governo. Na falta do Ministério dos Esportes, o Presidente nato do COB seria o Ministro da Educação e Cultura, que, por sua vez, teria o direito de cooptar um certo número de membros, necessários a uma maioria absoluta.

### 13 — O DESPORTO DE ALTA COMPETIÇÃO

É sem sombra de dúvida, um ponto controverso, um tema particularmente discutido e de grande significado.

Nesse tipo de desporto, intervêm forças e interesses externos, particularmente econômicos e políticos, que tendem, cada vez mais,

a influenciar na sua organização e determinar a sua orientação. Foi o que apreçamos recentemente em Cáli, na rivalidade entre Cuba e Estados Unidos. Daí o cuidado que se deverá ter ao adotar qualquer alternativa para a Competição de Alto Nível, bem como em relação ao apoio que é preciso dar aos atletas que a ela se consagram. Há necessidade de se estabelecer uma ação que seja coerente com os objetivos visados. Precisamos sempre levar em consideração que, por trás do romantismo e do encanto dos estádios, existem problemas complexos e de difícil solução.

O Desporto de Alta Competição é um espetáculo grandioso, um elemento de solidariedade entre os grupos desportivos e uma oportunidade para conhecermos o estágio atlético da juventude de todo o mundo. É ele que contribui para o esforço, a procura do aperfeiçoamento do campeão, ao lhe dar possibilidades para confirmar suas qualidades e alcançar seu próprio objetivo através da luta e do esforço.

Mais do que em qualquer outro ramo, no Desporto de Alta Competição não cabe a improvisação. São necessários anos de aprendizagem, de treinamento, de domínio físico e psicológico. A formação de um atleta exige sistematização, orientação e principalmente, condições de preparo. Esquecendo o fundamental e enveredando sem o devido cuidado e planejamento à procura de resultados imediatos, estaremos sempre sujeitos ao fracasso ou êxitos relativos. Teremos de nos contentar com resultados como o de Cáli, onde ficamos em quinto lugar no número de medalhas conquistadas, nas Américas.

A revisão na problemática desportiva deve partir de uma reestruturação de base, alterando os rumos no sentido que julgarmos mais adequados aos nossos interesses. O Desporto de Alta Competição exige uma preparação rigorosa, alimentação adequada, eficiência técnica, capacitação profissional, condições de equipamento e material.

Outro aspecto a ser considerado é o papel do atleta excepcional no contexto do Desporto. Qual a nação que não se orgulha de "seu campeão"? Não o provamos há poucos meses na despedida de Pelé? Quando o BRASIL foi tão coeso e afinado como nas Copas Jules Rimet de 58, 62 e 70? Com um pouco de visão, pode-se perceber o que representa, nestas ocasiões, o valor do Desporto, como elemento aglutinador da nacionalidade.

O campeão desenvolve, além do papel de ídolo, o de exemplo, passando a atrair e motivar os novos praticantes. Quantos desportistas de renome confessam ter se dedicado a determinado desporto, por que admiravam "tal atleta"? Suas glórias e sucessos passam a ser divididos por todos e vividas pelo povo, tal como no evento do milésimo gol de Pelé.

O campeão tem seu lugar reservado na história das nações. Qual o brasileiro que desconhece um Leônidas ou um Rivelino? Qual o

norte-americano que ignora um Babe Ruth? Qual etíope que não sabe quem seja Abebe Bikila? E é por isto que o papel desempenhado pelo campeão é importante e deve ser preservado pelas autoridades desportivas, pois seus efeitos repercutirão na massa, desenvolvendo também verdadeira reação em cadeia.

Mas assim como podem ser aproveitados todos os ângulos construtivos do Desporto de Alto Nível, deve-se procurar afastar os seus perigos, dosando os excessos na participação dos jovens neste tipo de competição, uma vez que isso pode ameaçar-lhes a saúde física e o equilíbrio psíquico. Cabe evitar também a má orientação social que lhes descortina horizontes, onde poderão constituir sua vida e a de suas famílias somente às custas dos êxitos desportivos, afastando-os dos estudos ou do aprendizado de um ofício; orientando-os contra práticas desleais no espírito do Desporto, como, por exemplo, o "dopping". Eliminando, através de um processo racional, a comercialização do atleta, incutindo no mesmo a mentalidade sã do "jogo leal", para que se crie e não se destrua.

Orientar e assessorar os meios modernos de comunicação, em especial, a imprensa, o rádio, e a televisão, por uma informação honesta, uma vez que eles têm uma influência enorme sobre a evolução do Desporto.

No Brasil, da maneira como está, o Desporto de Alta Competição tem muito que modificar. É fácil deduzir-se que o futebol se transformou, por hipertrofia e falta de orientação, no maior obstáculo para o desenvolvimento dos outros desportos. Impõe-se, pois, um nivelamento. Seja através de nova estruturação desportiva, seja pondo um dique na ação de certos dirigentes inescrupulosos, que procuram identificar-se aos ídolos, em busca de autopromoção — um dos motivos levantados quando da saída prematura de Pelé da Seleção Brasileira de Futebol.

Não é aceitável para os que vêem o Desportos com olhos construtivos, que os atletas, ou o próprio Desporto, sejam sacrificados pelas exigências imediatistas daqueles que se interessam, sobretudo, pelos favores ou benefícios que podem proporcionar.

Devemos procurar, pelo trabalho, estruturação, orientação e direção adequada, dar ao Desporto de Alto Nível o seu justo valor, como instrumento, não só da integração nacional, como também de uma construtiva aproximação internacional.

#### 14 — CONCLUSÕES

Procuramos estabelecer rumos gerais e alguns princípios, a nosso ver, justos e realistas, para uma reforma, cuja necessidade é premente. Entretanto, quaisquer que sejam as medidas adotadas, não serão válidas, a menos que se defina uma diretriz para o Desporto.

Esse trabalho não é uma proposta de planejamento. Não foi esta a nossa intenção. Trata simplesmente de mostrar alguns caminhos e estabelecer alguns rumos, no nosso entender básicos para enfrentar o problema da reformulação do Desporto e da Educação Física no País.

Muita coisa necessita ser estudada, planejada, discutida e estruturada. Pretendemos ter indicado alguns aspectos que precisam ser corrigidos. Mas temos consciência de que não sacudimos suficientemente a nossa peneira, eliminando todo o cascalho. Nosso objetivo direto foi apenas recordar aos órgãos responsáveis sua missão nobre e construtiva no terreno desportivo-educacional, e a tentativa de traçar linhas gerais de ação, que julgamos convenientes para solucionar os problemas nos três (3) domínios essenciais do Desporto: na escola, nos momentos de lazer e na competição de alto nível.

A democratização do Desporto reclama por uma política corajosa e ativa, à semelhança da dinamização que o Governo vem impondo em outros campos, inclusive num setor afim, a Educação.

É necessário, realmente, uma doutrina específica sobre o assunto, pois não existe, até agora, uma Política Nacional de Desportos. Não temos definidos os grandes objetivos e as metas propostas, indispensáveis ao planejamento.

Nosso País é uma nação em desenvolvimento, que deveria também abranger o setor desportivo. Vale lembrar que nos mapas de Educação da UNESCO se superpõem os países subdesenvolvidos e os desportivamente mais fracos.

Uma nação somente transforma a sua mentalidade desportiva quando os seus dirigentes, através dos educadores, pais, diretores de escolas, compreenderem sua responsabilidade e cooperarem para a iniciação desportiva das massas. O Estado, as Municipalidades e as grandes empresas seriam as escoras do tripé em que deve apoiar-se o Desporto nos tempos atuais.

Creemos que apenas a estatização do Desporto não resolveria todos os problemas e viria cercear em parte a iniciativa dos dirigentes. A divisão de responsabilidades, sob a supervisão do Estado, é a melhor solução no momento.

Analisando sem paixões, sem política e sem partidarismo o desenvolvimento do Desporto brasileiro, particularmente no setor amadorista, chega-se a importantes conclusões. Não queremos, absolutamente, imputar os retrocessos ou estagnações somente a homens. Mas os dados e estatísticas aí estão para interpretações várias. Alguns poderão evocar os brilhantes feitos do futebol. E apresentamos, apenas para meditação, a seguinte indagação: onde teriam sido melhor aplicados os Cr\$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil cruzeiros) gastos com os vinte e dois jogadores da equipe brasileira de futebol (relatório da CBD, após o México)? No futebol mesmo? Ou

seria melhor aplicá-los em favor do Desporto para a massa, na construção de uma nova Escola de Educação Física, ou no "campus" desportivo da Universidade de Brasília, ou na construção de instalações desportivas em uma cidade-capital nordestina ou ainda na compra de material desportivo a ser distribuído em colégios? Qual seria o melhor investimento? O que renderia ao País juros mais altos a médio e longo prazo?

Não nos propusemos a fazer essa análise desportiva com a intenção de pregar a apologia do músculo em detrimento do cérebro. Nossa diretriz, no terreno Educação, pende para o equilíbrio da formação da personalidade individual. A inquietação por causa dos diplomas é ameaça do "intelectualismo" a esse equilíbrio.

Reconhecemos que o prodigioso crescimento do Desporto haveria de gerar seus próprios problemas. Mas são problemas que têm soluções. Caminhemos ao encontro delas e estaremos no rumo certo, na complementação do desenvolvimento integral do País.

As lamentações de nada servem. Já foi superada a época da filigrana, do artesanato desportivo, sem objetivo. O tempo não pára... e os tempos mudaram. Reclamam ação, planejamento, estruturação, construção e trabalho. O processo é irreversível como muita coisa tem sido irreversível desde os Idos de março de 1964.

Em síntese, e numa primeira prioridade, poderíamos alinhar alguns pontos básicos que consideramos de alta importância para incrementar a Educação Física e o Desporto na Nação:

— Criar um órgão de planejamento, fiscalização e execução que possa se tornar, em futuro próximo, o Ministério de Educação Física e Desportos;

— Instalar 1 (um) Batalhão Desportivo das Forças Armadas ou 3 (três) Companhias Desportivas (uma no Nordeste, uma no Centro ou Leste e outra no Sul do País);

— Criar, em todos os Estados da Federação, Secretarias ou Departamentos de Educação Física e Desportos, com metas bem definidas, funcionando com base nos fundos recebidos da Loteria Esportiva;

— Preparar os quadros dirigentes, de forma a torná-los aptos ao desempenho de sua importante missão;

— Aumentar o número de Faculdades de Educação Física; dando preferência às áreas Norte e Nordeste; reaparelhar as existentes e reformar seus currículos;

— Instituir prêmios vultosos para obras especializadas no ramo da Educação Física, Desportos e Recreação;

— Incrementar e subvencionar a publicação de trabalho técnico-desportivo considerado de real valor;

— Incrementar as ligações desportivas entre o Estado e a iniciativa privada;

— Executar um programa intensivo de estímulo às pesquisas técnicas, dentro do que se dispõe no momento no Brasil;

— Possibilitar a renovação dos quadros dirigentes do Desporto Nacional, através de dispositivo legal que proíba a reeleição, por mais de uma vez, e no prazo de dois (2) anos, dos presidentes e vice-presidentes de Federações e Confederações Desportivas Nacionais;

— Intensificar o intercâmbio desportivo (além do futebol) com o exterior;

— Contratar técnicos estrangeiros e propiciar o envio de professores de Educação Física a estágios, seminários, simpósios e congressos realizados em outros países;

— Premiar financeiramente os técnicos cujos atletas consigam alcançar as equipas de nível nacional, ou venham a bater recordes brasileiros, sul-americanos, pan-americanos ou mundiais;

— Assegurar a formação de um número crescente de professores de Educação Física, e médicos desportivos na proporção do crescimento demográfico do País;

— Orientar os dirigentes desportivos que viajem ao exterior, a fim de que seus votos e decisões em congressos e reuniões internacionais não agridam ou mutilam nossa Política Nacional de Desportos ou mesmo a Política Externa do Brasil;

— Cooperar com as firmas interessadas na confecção de material desportivo (até subvencionando-as, se for o caso);

— Coordenar os calendários desportivos de Confederações, Federações, Ligas e Associações;

— Estabelecer cadastros permanentes da situação e atividades das Confederações, Clubes, Universidades, Colégios e Forças Armadas;

— Elaborar estatísticas nacionais, de fácil acesso, relativas a pessoal e equipamentos ligados às atividades desportivas;

— Organizar programas de provas de suficiência física nos colégios e universidades;

— Organizar, com o apoio das Forças Armadas e do MEC, colônias de férias em todo o Território Nacional;

— Constituir um grupo de trabalho permanente, com reuniões mensais, formado por especialistas e representantes dos Ministérios Militares, da Educação e Cultura, da Saúde, do Interior, do Exterior e do Planejamento, com a missão de formu-

lar planos, programas e projetos relacionados com o fomento da Educação Física e Desportos;

— Organizar, anualmente, um Congresso Nacional de Educação Física, um Simpósio sobre Desportos e Estágios de Formação e Informações;

— Dar maior autonomia aos licenciados a título precário, em virtude da deficiência de professores de Educação Física no País;

— Criar o Centro Olímpico, com a finalidade de alojar, apoiar e treinar equipes brasileiras antes das grandes competições desportivas (Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, Pan-Americanos e Sul-Americanos);

— Constituir uma biblioteca dinâmica com um padrão administrativo de alto nível, apta a responder a quaisquer questões de ordem técnica;

— Realizar filmes das grandes manifestações desportivas mundiais e distribuir suas cópias pelas Federações e Escolas de Educação Física do País;

— Orientar a prática desportiva por área geográfica; natação no Norte e Nordeste; desportos coletivos "indoor" no Sul etc. de acordo com as condições de clima.

— Proibir, através de dispositivo legal, que os dirigentes desportivos institucionalizados pertençam também às Confederações, Federações e Comitê Olímpico Brasileiro.

Com estas idéias encerramos nosso trabalho, numa modesta colaboração de quem, animado pelo desejo de construir, considera que a definição de uma Política Nacional de Desporto é componente importante a ser introduzido no quadro de renovação que se processa no País. O que reivindicamos é tão-somente o Desporto atuando como parte integrante do sistema educacional e cooperando efetivamente no desenvolvimento na Nação!

## REFERÊNCIAS

- BOLETIM INFORMATIVO DA EMBAIXADA DE PORTUGAL — "Desporto", Brasília, 1969.
- BOROTRA, J. — TALBOT, P. — VRILLAC, M. — THIEBAULT, J. — SEURIN, P. — HANSENNE, M. — MALLEJAC, J. e outros — "Essai de Doctrine du Sport", Haut-Comité des Sports, Paris, 1965;
- COUTINHO, C. — Comunicação pessoal para o autor, Brasília, 1970;
- DOUTEL DE ANDRADE, L. — "Voto em separado sobre o Concurso de Prognósticos Esportivos", Brasília, 1967;

- FLEMING, R. — "Currículo Moderno" — Editora Lúador Ltda. Rio de Janeiro — 1970;
- FRANÇA, L. — "A Crise do Mundo Moderno" — Editora José Olímpio. Rio de Janeiro — 1945;
- HERZOG, M. — "Organogramme détaillé des Services du Ministère de la Jeunesse et des Sports", publicação do Ministério da Juventude e dos Desportos. Paris — 1968;
- LIMA, L. EDMAR — Colaboração especial para este trabalho. Brasília — 1971;
- MEYNAUD, J. — "Sport et Politique", Editions Payot, Paris — 1966;
- MINISTERIO DE BIENESTAR SOCIAL DE LA NACION — "Ley de Fomento y Desarrollo del Deporte", Serviço de Imprensa e Relações Públicas — Buenos Aires — 1968;
- MORTON, H. — "Soviet Sport", Collier Books, New York — 1963;
- MOULY, G. — "Psicologia Educacional" — Livraria Pioneira Editora — S. Paulo — 1960;
- NOEL — BAKER, P. — PALIZE, J. — DIEM, L. — JOEL, E. — MOLET, R. — IKAI, M. — LEAL D'OLIVEIRA, A. — KORORKOV, A. e outros — "Declaration on Sport", publicação do "Conseil International pour l'Education Physique et le Sport" e UNESCO. — Paris. — 1964;
- O GLOBO — "Nas Olimpíadas de 1966 amadores serão minoria", Rio — 1969;
- PAIVA E MELO, E. — Colaboração especial para este trabalho. Brasília. — 1971.
- PAIXAO, P. — Projeto de Lei da Câmara n.º 174/64. Brasília. — 1964;
- PARREIRAS, O. — "Sociologia da Educação Física", Conselho Nacional de Desportos, Rio de Janeiro. — 1966;
- PÉREZ, R. — "El programa de Educación Física — su formulación", Editora Vertical XX, Buenos Aires — 1967;
- PIRES GONÇALVES, J.A. — "Plano sucinto para a instalação do Batalhão Desportivo nas Forças Armadas", Revista "A Defesa Nacional" n.º 605 — Rio de Janeiro — 1966;
- REALIDADE — "1990: Uma grande indústria chamada Pelé", página 16, Rio de Janeiro, 1971
- TEIXEIRA, O. — Colaboração na redação básica deste trabalho, Brasília, 1970;
- THIESSEN, W. — MACHADO, P. — DAMASCENO, O. — Colaboração especial para este trabalho, Brasília, 1971;
- TREMELLONI, R. — "Sport e Forze Armate", Ministero della Difesa, Roma, 1967.